

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em setembro de 2018, o PCP questionou o Governo sobre a acentuada carência de médicos no Bloco de Partos do Hospital de Faro (pergunta n.º 3390/XIII/3.ª), carência essa que levou a que, no início desse mês, durante alguns dias, apenas tenham sido garantidos os serviços mínimos no Bloco de Partos, implicando que as grávidas de termo que se encontravam em trabalho de parto na Maternidade de Faro fossem transferidas para o Hospital de Portimão.

Volvidos quase 4 meses, o Governo ainda não se dignou responder à pergunta do PCP, atitude que configura um desrespeito pelas competências fiscalizadoras da Assembleia da República e, acima de tudo, um desrespeito pelos utentes e profissionais de saúde do Hospital de Faro.

Não se conformando com esta situação, no passado mês de dezembro uma delegação do PCP visitou o Serviço de Obstetrícia do Hospital de Faro, constatando *in loco* a acentuada carência de profissionais de saúde, a exiguidade das instalações e a obsolescência de algum equipamento médico.

No serviço de Obstetrícia do Hospital de Faro há apenas 19 médicos especialistas (obstetras e ginecologistas), quando deveriam ser, pelo menos 25 ou 26. Muitos destes médicos, devido à sua idade, já não fazem urgências, sendo necessário recorrer a médicos externos prestadores de serviços para esse fim.

Apesar desta notória carência, no procedimento concursal para a contratação de 413 profissionais de saúde, nas áreas Hospitalar, Saúde Pública e Medicina Geral e Familiar, aberto no passado dia 19 de dezembro, o Centro Hospitalar Universitário do Algarve não foi contemplado com qualquer vaga na especialidade de Ginecologia/Obstetrícia.

No serviço de Obstetrícia do Hospital de Faro há ainda carência de enfermeiros, agravada com a saída de profissionais para outras unidades de saúde. De acordo com informação recolhida pela delegação do PCP, o Centro Hospitalar Universitário do Algarve está a aguardar autorização do Ministério da Saúde, desde setembro do ano passado, para a contratação dos

enfermeiros em falta.

Também os assistentes operacionais são insuficientes, situação que é agravada pelo facto de a idade média destes profissionais de saúde ser muito alta.

Apesar das obras de beneficiação, realizadas em 2010, os espaços do Serviço de Obstetrícia são exíguos, problema cuja resolução exige – na opinião do PCP – a construção, há muito prometida, mas sempre adiada, do novo Hospital Central do Algarve.

Alguns equipamentos do Serviço de Obstetrícia do Hospital de Faro – ecógrafos, cardiotocógrafos, etc. – são antiquados, precisando urgentemente de ser substituídos. A este propósito relembra-se que o Governo se comprometeu, pela voz do então Ministro da Saúde, a investir 19 milhões de euros no triénio 2017-2019 na aquisição e renovação de equipamento no Centro Hospitalar Universitário do Algarve; contudo, em 2017, o investimento executado para esse fim foi menos de metade daquilo que o Governo havia prometido.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que, por intermédio do Ministério da Saúde, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Reconhece o Governo que há carência de médicos especialistas de Obstetrícia e Ginecologia no Hospital de Faro e no Hospital de Portimão? Que medidas têm sido tomadas para dotar os Serviços de Obstetrícia destes dois hospitais de um número adequado de médicos especialistas?
2. Por que motivo, no procedimento concursal para a contratação de 413 profissionais de saúde, nas áreas Hospitalar, Saúde Pública e Medicina Geral e Familiar, aberto no passado dia 19 de dezembro, o Centro Hospitalar Universitário do Algarve não foi contemplado com qualquer vaga na especialidade de Ginecologia/Obstetrícia?
3. Como justifica o Governo que o Centro Hospitalar Universitário do Algarve esteja a aguardar autorização, desde setembro do ano passado, para a contratação dos enfermeiros em falta no Serviço de Obstetrícia? Quando será dada essa autorização?
4. Que medidas têm sido tomadas para dotar o Serviço de Obstetrícia de um número adequado de assistentes operacionais?
5. Reconhece o Governo que as instalações do Serviço de Obstetrícia do Hospital de Faro são exíguas? Que medidas tenciona o Governo tomar para ultrapassar este problema?
6. Quando será renovado o equipamento obsoleto do Serviço de Obstetrícia? Qual a verba prevista para esse fim?

Palácio de São Bento, 2 de janeiro de 2019

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)

CARLA CRUZ(PCP)